

EDITORIAL

Políticas e gestão da educação: proposições, financiamento e internacionalização

Policies and management education: propositions, financing and internationalisation

Políticas y gestión de la educación: las proposiciones, la financiación y la internacionalización

É com satisfação que trazemos a público o número 3 do volume 29 da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, (RBP AE) com o qual encerramos nossas atividades de 2013.

Como se fora um cantochão, continuamos registrando a situação indefinida do Plano Nacional de Educação, que, ainda como projeto de lei, permanecia no Senado até o fechamento da presente edição. Não obstante, vale destacar o sancionamento, pela presidenta da República, da lei que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, nesse mês de setembro. Ainda que a destinação não tenha sido a esperada, pois se propugnava 100% dos royalties, não se pode desconhecer que esta foi uma importante conquista para o setor educação nesse segundo semestre de 2013. A questão do financiamento, como sabemos, é vital para que a educação pública cumpra efetivamente o seu papel, qual seja: garantir o direito de todos e todas ao usufruto de uma educação segundo os padrões republicanos.

Outro marco importante da política educacional de 2013 é representado pela comemoração dos dez anos do Programa Bolsa Família-PBF. Programa de transferência de renda que abrange cerca de 13,8 milhões de famílias distribuídas por todo o país. A obrigatoriedade de matrícula e frequência à escola, por parte das crianças e jovens das famílias beneficiárias, constitui uma das condicionalidades para integrá-lo. Conforme estudo desenvolvido pelo IPEA, a taxa de aprovação dos estudantes usuários do Programa vem crescendo de maneira constante. Passou de 80,5% em 2008 para 83,9% em 2011. Já a taxa de abandono em 2011 foi de 2,9%, enquanto a média nacional chegou a 3,2%. O estudo do IPEA destaca, ainda, que as crianças beneficiárias vêm obtendo progressão escolar seis pontos percentuais maiores que os não beneficiários com o mesmo perfil socioeconômico.

É bastante significativa a existência de um programa social que já dura uma década, fenômeno raro no Brasil, e que vem contribuindo tanto para a permanência dos estudantes na escola, como para a diminuição dos índices de pobreza e miséria. O PBF, ainda segundo o IPEA, foi responsável por cerca de 20% da redução da desigualdade de renda, tendo colaborado, igualmente, em cerca de 15%, na queda

das disparidades entre as regiões do país, além de vir impulsionando a redução da taxa de extrema pobreza: entre 2001 e 2011 esta taxa passou de 8% para 4,7% da nossa população. Todavia, a perenidade do Programa não pode ser reificada, visto que a meta deve ser a sua transitoriedade no sentido de que as famílias não mais necessitem das rendas transferidas e, portanto, possam, a partir da melhoria efetiva de suas condições socioeconômicas, com tranquilidade, manter seus filhos na escola.

Digno, igualmente, de registro são as comemorações, nesse segundo semestre, dos cinquenta anos da experiência pioneira de alfabetização realizada por Paulo Freire no município de Angicos no Rio Grande do Norte. Como sabemos, Paulo Freire, patrono da educação brasileira, defendia que o processo de construção do saber deveria estar diretamente vinculado ao contexto sociocultural dos indivíduos, preocupando-se, particularmente, com os processos de alfabetização/escolarização dos jovens e adultos de uma perspectiva emancipatória. Podemos afirmar que, cinquenta anos após a experiência de Angicos, a educação de jovens e adultos (EJA) continua um sério problema da nossa sociedade, sendo a sua existência atestado das dificuldades que ainda permanecem nos sistemas de ensino. Como tal, constitui uma das problemáticas de interesse dos pesquisadores que procuram difundir suas produções por meio da RBPAAE.

Neste sentido, situa-se o artigo que abre o presente número: *Matrículas de alunos com deficiência na EJA: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros*, cujos autores são Taísa Gonçalves (da Universidade Federal de São Carlos), José Geraldo Bueno (da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e Silvia Meletti (da Universidade Estadual de Londrina). Tendo por fonte dados do Censo da Educação Básica do período 2007 a 2010, seu objetivo volta-se para a identificação e análise das matrículas desse segmento, considerando as variáveis “crescimento em comparação com as matrículas de alunos sem deficiência, distribuição por instância administrativa, por EJA regular e especial e por tipo de deficiência”.

Antonia Almeida Silva (Universidade Estadual de Feira de Santana-BA) é a autora do artigo seguinte que tem por tema, igualmente, a educação básica. Neste caso, verifica o modo de cumprimento da Lei 11.274/2006, que trata da obrigatoriedade do ensino fundamental de nove anos. Com base na análise de documentos impressos e de entrevistas com professores e gestores, focaliza a relação entre regulamentação e implementação da política em escolas públicas e privadas na Bahia.

Tendo por tema o ensino superior encontram-se os dois trabalhos que se seguem. O primeiro, de autoria de José Marcelo de Luna e Paulo Roberto Sehnem, (ambos da Universidade do Vale do Itajaí, SC) intitula-se *Erasmus e Ciência sem Fronteiras: considerações iniciais sobre mobilidade estudantil e política linguística*. O texto, a partir da apresentação histórica dos dois programas de mobilidade, problematiza a questão da falta de articulação entre as políticas linguísticas vigentes na Europa e no Brasil e consequências da sua defasagem entre nós. O outro artigo tem por título *A construção de Projetos Político-Pedagógicos de cursos de graduação em Educação Física*

e as categorias *principlistas da Bioética*, e por autor João Baptista de Almeida Junior (da Universidade do Vale do Sapucaí, - MG). São apresentados resultados de investigação qualitativa que usou a análise de conteúdo para examinar a adequação das categorias *principlistas da Bioética* na construção dos projetos dos cursos de Educação Física, problematizando o seu alcance no sentido das possibilidades de formação de profissionais comprometidos, entre outras coisas, com a transformação da realidade social.

Os quatro artigos seguintes abordam, mais especificamente, questões relativas à gestão da educação em nível municipal e estadual. *O Plano de Ações Articuladas (PAR) como instrumento de gestão: estudo de caso do município de Itabaiana - Sergipe* – como sugere seu título, analisa a implementação do PAR em Itabaiana (SE), no período de 2008 a 2011. Para tanto, focaliza ações e subações de responsabilidade municipal e as dependentes da assistência técnica do poder central. Neste contexto, explicita as ações que foram previstas e implantadas integralmente, as que foram em parte e as que não ocorrem, concluindo que o Programa pode auxiliar como instrumento da gestão da educação no município, mas tem limites no que concerne ao desencadeamento das ações planejadas. São suas autoras Cláudia Souza (da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília) e Maria da Conceição Ferreira (da Universidade Federal de Sergipe).

Em prosseguimento, tem-se o trabalho intitulado *Estilos de coordenação pedagógica na rede pública estadual paulista no período 1960-2010* de autoria de Laurinda de Almeida da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O seu objetivo é o mapeamento e exame de características da coordenação pedagógica na rede de ensino do referido estado, utilizando-se de pesquisa documental e de depoimentos de profissionais que atuaram na coordenação no período considerado. O terceiro - *Planejamento educacional e a “modernização” da gestão educacional em Pernambuco: alguns apontamentos* - tem por autoras Ana Lúcia de Arruda e Cristiane da Nóbrega, ambas da Universidade Federal de Pernambuco. Com base em uma revisão da discussão sobre as influências do gerencialismo no planejamento e na educação, procura apontar para a presença desta filosofia de ação nas políticas e na gestão da educação em Pernambuco, ainda que esteja sendo nomeada de planejamento estratégico. O último artigo do bloco intitula-se *A política educacional paulista (1995-2010) e seus impactos na identidade da escola e do professor*, cuja autora é Gêssica Ramos, da Universidade Federal de São Carlos. Por meio de estudo bibliográfico e de análise documental, o texto procura demonstrar como as gestões do período analisado, ao terem priorizado a alteração da estrutura organizacional, curricular e pedagógica da rede de ensino paulista, acabaram por repercutir fortemente na identidade da escola e dos docentes, e, portanto, em seus objetivos e papéis.

Encerra a seção “Artigo” o texto *Políticas de educação profissional em Portugal e no Brasil* que tem por autores Edilene Guimarães (do Instituto Federal de Pernambuco), José Augusto Pacheco (Universidade do Minho – Portugal) e Filipa Seabra (da Universidade Aberta de Lisboa- Portugal). Por meio de análise

documental, é examinada a dimensão social da educação e formação, verificando-se como os sistemas educativos dos dois países usam estratégias diversificadas “para a valorização profissional”, procurando demonstrar que a problemática estudada possibilita discutir o currículo/modalidades da educação profissional “como processos interligados de uma aprendizagem ao longo da vida”.

Finalmente, na seção “Documentos” é publicado o texto *Centenário de Lauro Esmaboto: uma vida dedicada à administração da educação paranaense e brasileira* resultante de estudo desenvolvido por Naura Ferreira (da Universidade Tuiuti - PR) que resgata a atuação e obra do educador, fazendo uma justa homenagem a um dos fundadores da ANPAE no ano do seu centenário.

Janete Maria Lins de Azevedo

Editora

Alice Happ Botler

Editora Associada